

MINISTÉRIO DA SAÚDE

RELATÓRIO SEMINÁRIO
MEMORIAL DA PANDEMIA
DE **COVID-19**

11 E 12 DE MARÇO DE 2024
PALÁCIO ITAMARATY
BRASÍLIA, DF



Brasília - DF
2024

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Assuntos Administrativos

RELATÓRIO SEMINÁRIO
**MEMORIAL DA PANDEMIA
DE COVID-19**

11 E 12 DE MARÇO DE 2024
**PALÁCIO ITAMARATY
BRASÍLIA, DF**



Brasília - DF
2024

2024 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: bvsms.saude.gov.br.

Tiragem: 1ª edição – 2024 – versão eletrônica

Supervisão:

Eva Patrícia Alvares Lopes

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria-Executiva

Subsecretaria de Assuntos Administrativos

Coordenação-Geral de Documentação e Informação

Centro Cultural do Ministério da Saúde

Praça Marechal Âncora, 95

Centro – Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20021-200

Site: <http://www.ccms.saude.gov.br>

E-mail: ccms@saude.gov.br

Revisão Técnica:

Ana Elizabeth de Almeida Gomes

Flávia de Azevedo Menna Barreto

Marcio Neves Nolasco

Mônica Isabel Cordeiro Quiroga

Priscila Campos da Silva

Rodrigo Junio Pereira de Abreu

Projeto gráfico e capa:

Luiz Baltar

Ministra da Saúde:

Nisia Trindade Lima

Fotografias:

Julia Prado / Ministério da Saúde

Luiz Baltar / CCMS

Matheus Brasil / Ministério da Saúde

Sergio Alberto / Ministério da Saúde

Secretário-Executivo:

Swedenberger do Nascimento Barbosa

Bancos de imagem royalties free:

Freepik

Pixabay

Organização:

Adriana Andrade Xerez

Coordenação:

Fabiola Andreza Simoni Santos

Normalização:

Valéria Gameleira da Mota – Editora MS/CGDI

Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos.

Relatório Seminário Memorial da Pandemia de Covid-19 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Subsecretaria de Assuntos Administrativos – Brasília : Ministério da Saúde, 2024.

66p. : il.

Modo de acesso: World Wide Web: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_seminario_memorial_pandemiacovid19.pdf

ISBN 978-65-5993-653-3

1. Pandemia. 2. Covid-19 – Seminário. 3. Sistema Único de Saúde. I. Título.

CDU 616-022.6:578.834

Catálogo na fonte – Coordenação-Geral de Documentação e Informação – Editora MS – OS 2024/0165

Tradução do título para indexação:

Report of the Covid-19 Pandemic Memorial Seminar

SUMÁRIO

LEMBRAR PARA APRENDER E TRANSFORMAR		7
APRESENTAÇÃO		10
RESUMO EXECUTIVO		13
MESA DE ABERTURA		19
MESA 1	O que representou a pandemia para o mundo e para o País. Como o Brasil reagiu à covid-19	22
MESA 2	Resposta da ciência à pandemia	24
MESA 3	A informação como aliada da ciência durante e depois da pandemia	28
MESA 4	Mobilização da sociedade civil no enfrentamento da pandemia	35
MESA 5	Por uma política nacional de memória da pandemia	41
MESA 6	Saúde global e preparação para novas pandemias	48
ENCERRAMENTO		53
ANEXO		
Anexo A	Ações pensadas pelo Centro Cultural do Ministério da Saúde (CCMS/CGDI/SAA/SE)	54
Anexo B	Galeria de imagens	57





Luiz Baitar/CCMS

Lembrar para aprender e transformar

O relatório do Seminário Memorial da Pandemia de Covid-19 nos apresenta um primeiro movimento para elaborarmos coletivamente em pensamento, sentimento e imaginário o terrível impacto humanitário por que passamos nesse período. Reunimos movimentos, especialistas, autoridades e profissionais de diversas áreas que, em meio às tantas perdas, se expuseram para dar sua contribuição na dura missão de salvar vidas. As trocas que se fizeram foram essenciais para dar substância ao projeto do Memorial, que vamos criar no Centro Cultural do Ministério da Saúde, no Rio de Janeiro.

Nosso primeiro impulso é honrar as mais de 700 mil vidas perdidas e suas famílias enlutadas, reconhecendo a importância de lembrá-las, para nos constituirmos enquanto um País em que a dignidade da vida humana não pode jamais ser posta em segundo plano, sob nenhuma hipótese. Muitas mortes poderiam ter sido evitadas, sem a omissão criminoso, sem o negacionismo e o desprezo que se demonstrou pela vida dos brasileiros e pela ciência por parte do governo federal à época.

O Brasil, com 2,74% da população mundial, chegou a ter 11% das mortes por covid-19. Enquanto no mundo a mortalidade por milhão de habitantes foi de 720, no Brasil ela alcançou 2.932, quatro vezes maior¹. O que os números cobrem são vidas despedaçadas: “quem partiu é o amor de alguém”, dissemos na sensível intervenção pensada pelo querido diretor de teatro Hugo Rodas, que também nos deixou na pandemia, vítima de câncer. Em um País que conta com o Sistema Único de Saúde (SUS), números como esses, além de muita dor, causam enorme indignação. Eles dimensionam nossa tragédia e a gravidade das responsabilidades a serem apuradas e devidamente atribuídas, uma tarefa que ainda nos cabe fazer.

¹ Boletim do Observatório Covid-19/Fiocruz de fevereiro de 2022. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/boletim_covid_2022-balanco_2_anos_pandemia-redb.pdf

Em reação ao descaso, a sociedade brasileira demonstrou a maturidade de suas instituições e organizações. Toda uma rede se formou para assumir funções que deveriam ter sido de governo, para orientar a população, garantir insumos e alimentação, oferecer assistência às pessoas e às comunidades. É essa força que as páginas deste relatório condensam. Agradeço aos que lutaram nesse difícil período: profissionais da saúde, gestores, pesquisadores, porta-vozes da ciência, familiares de vítimas, lideranças e membros de movimentos sociais, todas as pessoas conscientes do grande drama humanitário e político que vivíamos. Mais que resistir, demos as respostas que as instituições devem dar e que a sociedade pode dar, com a força da comunidade.

Como disse o filósofo Ailton Krenak, a pandemia não ensina nada, trouxe apenas sofrimento e devastação. Aprender com esse grande trauma depende de uma postura ativa de impulso para a vida. “As coisas estão no mundo, só que eu preciso aprender”, lembra o músico e pensador Paulinho da Viola. Uma vez assimilado o aprendizado, ainda nos cabe transformar, como nos adverte o sociólogo Klaus Eder: “as sociedades aprendem, mas o mundo é difícil de mudar”.

Parte desse aprendizado envolve o fortalecimento do SUS. Só um sistema de saúde potente e resiliente pode fazer frente a possíveis futuras pandemias que o mundo todo discute. Outra lição é que não podemos repetir a situação que vivemos em junho de 2021, quando já havia vacinas, mas apenas 10% dos países as acessavam. Uma aliança regional e global de desenvolvimento e produção de bens de saúde se faz urgente, como o Brasil vem propondo em sua Presidência do G20, bem como um tratado de pandemias, ainda em negociação na Organização Mundial da Saúde.

Embora tenhamos superado a emergência, seus efeitos ainda são sentidos, tanto do ponto de vista humano e social, quanto sanitário, na medida em que a covid-19 continua um problema de saúde pública. O risco de novas emergências tampouco pode ser desconsiderado. Sob essas diferentes perspectivas, a pandemia não está circunscrita ao passado. Parte de nossa tarefa é pensar no saldo dessa experiência traumática.

Vivi com muita intensidade esses tempos, com a responsabilidade de quem estava à frente da Fiocruz num momento de forte negacionismo da ciência. Sabemos que não apenas a ciência foi negada, mas o próprio valor da vida e, como em outros momentos

de nossa história, a memória das perdas. Um importante momento da idealização do Memorial, não por acaso, se deu quando estive com a ministra Margareth Menezes, parceira fundamental nesse projeto, no Museu do Aljube, em Lisboa, espaço de memória dos horrores da ditadura salazarista e da renovação das esperanças com a Revolução dos Cravos. Aqui no Brasil, ainda nos vemos às voltas com o passado, um País que precisa aprender também a se permitir o luto.

A memória é como um novelo que se desfia. Conforme se descortinam os fios, lembranças se tecem, mesmo aquelas mais sentidas. Não errar por caminhos repisados, escapar do labirinto do tempo, de seus monstros e fantasmas. Esse é o fio condutor da memória, em nosso diligente trabalho de desmanchar nós, dar curso aos meandros da história, para sabermos de onde viemos e para onde vamos.

Que possamos construir, a partir do Seminário e deste relatório, uma política sobre esse tragédia humanitária, que no Brasil denotou abandono, negação da ciência e da vida, e que impactou a todo o mundo, atingindo com mais força pessoas e países em situação de maior vulnerabilidade.

Em um momento em que vivemos a aceleração do tempo e o imediatismo muitas vezes estéril das redes digitais, o vagar contemplativo do passado pode ampliar nossa visão dos caminhos. O Memorial da Pandemia de Covid-19 é uma forma de cuidar dos efeitos ainda presentes daquele momento traumático e de enfrentarmos nosso passado recente. Temos que lembrar para aprender e transformar, a fim de fazer justiça com as vítimas e suas famílias e podermos verdadeiramente seguir em frente como País, em um projeto de futuro com ciência, saúde, democracia e respeito pela vida.

APRESENTAÇÃO

Nos dias 11 e 12 de março de 2024, aconteceu em Brasília, organizado pelo Ministério da Saúde (MS), um seminário com diversos profissionais de diferentes áreas do conhecimento para pensar políticas de memória, e as bases e diretrizes para a construção do Memorial da Pandemia de Covid-19.

O documento a seguir oferece um breve resumo das falas, seguido por um relatório detalhado das mesas que integraram o evento. Os destaques ao longo do texto sinalizam as informações, reflexões e considerações que nós, da equipe do Centro Cultural do Ministério da Saúde (CCMS/CGDI/SAA/SE/MS), consideramos importantes. Ao final de cada relatório, incluímos também algumas ideias surgidas a partir das discussões.

As imagens que ilustram este relatório foram cedidas pelos artistas que participaram da convocatória “Por Dentro de um Tempo Suspenso” realizada pelos principais Festivais de Fotografia do País e filiados à Rede Fotografia Brasil, Foto Em Pauta, FotoRio, Solar Foto Festival e DOC Galeria, que receberam 14.239 fotos de 1.759 trabalhos inscritos de todos os estados do Brasil.



Luiz Baltar/CCMS



RESUMO EXECUTIVO

Na abertura, destacaram-se os discursos da ministra da Saúde, **Nísia Trindade**, e de outros participantes, que enfatizaram a necessidade de agir diante do descaso do governo anterior. Aspectos como a criação de redes de apoio às vítimas, a resiliência do Sistema Único de Saúde (SUS) e a importância de preservar a memória democrática por meio de um Memorial foram apresentados. Destacou-se também na abertura o reconhecimento do esforço da ministra e das equipes envolvidas na criação do Memorial, bem como a recusa do governo anterior em aceitar a ciência. A importância do Memorial foi enfatizada como um espaço educativo e emocionalmente significativo para a sociedade brasileira.

Na primeira mesa, o senador **Humberto Costa** apresentou as conclusões da CPI da covid-19, destacando a omissão e coordenação de morte pelo governo anterior. A CPI comprovou abusos e corrupção, apontando para a negligência e a importância da atuação do Congresso Nacional no combate à desinformação. A CPI também evidenciou a propagação do vírus em terras indígenas e o envolvimento de empresas privadas em ações criminosas. O relatório destacou a ineficácia de medicamentos como a cloroquina e a falta de apoio da gestão passada na campanha de vacinação. Ainda sobre os dados do relatório da CPI, o senador **Randolfe Rodrigues** ressaltou que muitas mortes poderiam ter sido evitadas. O chefe de gabinete do Consórcio Nordeste, **Glauber Piva**, se mostrou disposto a contribuir com o Memorial, enquanto a presidenta do Grupo Mulheres do Brasil, **Luiza Trajano**, ofereceu apoio à campanha de vacinação. O vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), **Rômulo Paes**, detalhou um dossiê sobre a pandemia, enfatizando a necessidade de reconstruir a confiança da população, fortalecer o SUS e aumentar sua resiliência para enfrentar futuras emergências sanitárias.

Na segunda mesa, o presidente da Fiocruz, **Mario Moreira**, discutiu a produção e distribuição de testes diagnósticos, destacando a experiência bem-sucedida da Redes da Maré e a importância da sociedade civil organizada. A diretora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), **Laila Salmen Espindola**, falou sobre a iniciativa artística de uma equipe de enfermagem durante a pandemia, chamada

“Prontuário Afetivo”, que envolveu recados carinhosos dos familiares de pacientes. O poema da médica **Isadora Jochims** emocionou a audiência. O diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), **Antonio Barra Torres**, abordou o trabalho da Anvisa durante a pandemia, destacando a redução do número de servidores e as ameaças recebidas após aprovar a vacinação infantil contra a covid-19. Ele enfatizou a importância do Memorial como uma lembrança contínua da pandemia. O pesquisador **Akira Homma** discutiu a produção da vacina contra a covid-19 pela Fiocruz e seu impacto na queda dos casos, destacando a importância da vacinação e o papel do Brasil na produção científica mundial sobre a pandemia. A mediadora da mesa, a professora do Instituto de Relações Institucionais da Universidade de São Paulo (USP), **Rossana Rocha Reis**, apresentou a pesquisa sobre as ações do Governo Federal durante a pandemia, caracterizando-as como um crime contra a humanidade. Ela ressaltou a importância de cobrar responsabilidades ao Ministério Público sobre os crimes ocorridos no governo anterior.

Na terceira mesa, a presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT), **Margareth Dalcolmo**, elogiou a imprensa brasileira por sua cobertura da pandemia e destacou a necessidade de uma comunicação clara e concisa. A assessora especial da Ministra de Estado da Saúde e coordenadora da Comissão para implantação do Memorial da Pandemia de Covid-19, Yole Mendonça, falou sobre as ações do “Saúde com Ciência”, que tem o objetivo de combater fake news sobre vacinas. O professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), **Pedro Arantes**, discutiu o projeto “Sou Ciência” nas universidades federais e seu potencial para um Memorial. O médico e cientista **Drauzio Varella** e o comunicador digital **Felipe Neto** abordaram desafios na comunicação sobre saúde, incluindo desinformação e negacionismo. **João Brant**, secretário da Secretaria de Políticas Digitais da Presidência da República (Secom/PR), discutiu a regulamentação das redes sociais e a importância da educação midiática. **Felipe Neto** enfatizou a necessidade de formar novas lideranças na comunicação para combater a desinformação e envolver a sociedade no debate público.

Na quarta e última mesa do dia, o secretário Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, **Renato Simões**, destacou a necessidade de incluir referências às vítimas no escopo das ações que concernem ao Memorial, especialmente considerando o genocídio ocorrido no Brasil durante a pandemia. Ele

mencionou exemplos de negligência do governo, como a promoção do “kit covid” e a falta de oxigênio em Manaus. Simões enfatizou a importância de dar voz às vítimas e agradeceu a presença das associações de vítimas e representantes de familiares. A presidenta da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), **Jacinta de Fátima Sena da Silva**, discutiu o papel da Associação na defesa da vida e das condições de trabalho durante a pandemia, além de projetos de preservação da memória da Enfermagem. O presidente da Central Única de Favelas (CUFA/Rio), **Preto Zezé**, destacou o trabalho realizado nas favelas durante a pandemia, enfatizando a importância do reconhecimento do termo “favela” e do protagonismo das comunidades. A coordenadora da Redes da Maré, **Pâmela Carvalho**, compartilhou a experiência da instituição durante a pandemia, destacando suas ações para combater a covid-19 e preservar a memória das vítimas. O coordenador da Articulação dos Povos Indígenas (Apib) da Região Sul (Arpinsul), **Marciano Rodrigues**, destacou a mobilização do movimento indígena durante a pandemia e a necessidade de combater fake news e penalizar os responsáveis pelo genocídio.

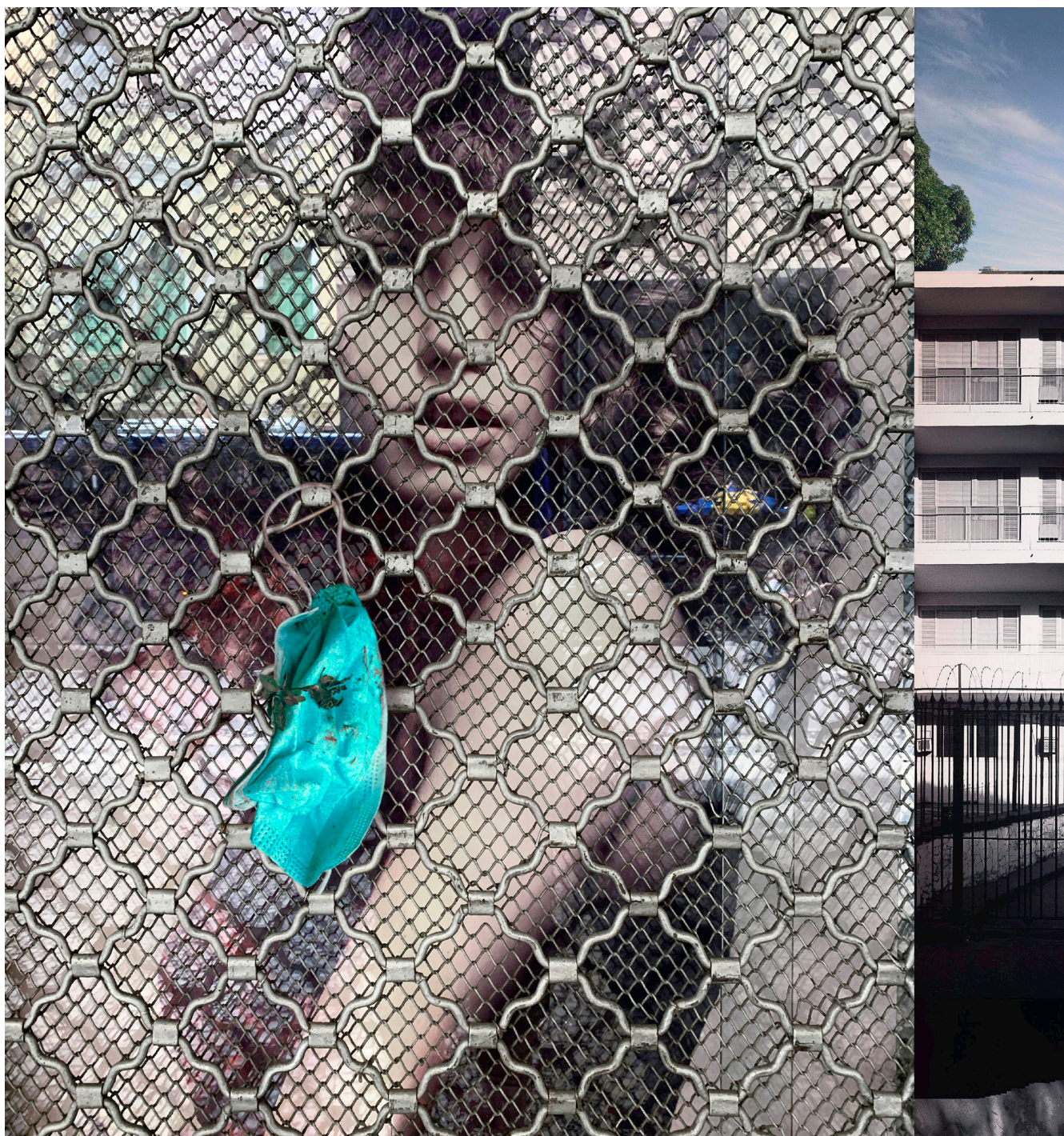
Na primeira mesa do segundo dia, o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), **Thiago Nicodemo**, falou sobre a necessidade de uma política de memória no Brasil, considerando a tradição de esquecimento e apagamento de documentos. Ele mencionou o projeto liderado pela Volkswagen para buscar reparação por sua participação na ditadura civil-militar. O diretor do Museu da República, **Mario Chagas**, falou sobre o fechamento do Museu durante a pandemia e sua transformação em ponto de vacinação, enfatizando a importância da cultura e da saúde mental. **Thuane Nascimento (Thux)**, da Coalizão Negra por Direitos, disse ser necessário reconhecer as experiências das pessoas durante a pandemia, especialmente no contexto do movimento negro, mencionando a importância da memória, reparação e justiça. O coordenador-executivo da Coalizão Nacional de Orfandade e Direitos, **Milton Alves**, propôs uma abordagem centrada na responsabilização e na inclusão de diferentes segmentos da sociedade na governança do Memorial. O pesquisador da Fiocruz, **Thiago Lopes**, falou sobre o papel da ciência durante a pandemia e a importância de registrar os desafios enfrentados pelos pesquisadores. O presidente da Fundação Biblioteca Nacional, **Marco Lucchesi**, destacou a importância de preservar as memórias das vítimas e repensar uma política nacional que contemple toda essa historicidade da pandemia. A antropóloga e historiadora **Lilia Schwarcz**

discutiu a relação entre história e memória da covid-19, enfatizando a necessidade de reconhecer o impacto da pandemia nas comunidades. Os palestrantes e membros da plateia sugeriram várias linhas de atuação para o Memorial da Pandemia, incluindo envolvimento com diferentes segmentos da sociedade, grupos de memória em todo o Brasil, pesquisas e divulgação de estudos, documentação da produção internacional sobre a covid-19 e memória dos trabalhadores.

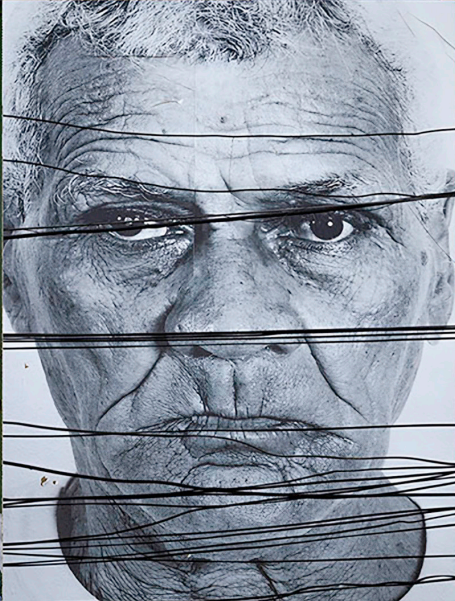
Na última mesa, a Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA/MS), **Ethel Maciel**, salientou o papel crucial da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) no Brasil durante a pandemia, especialmente quando estados e municípios precisavam implementar políticas de saúde por conta própria. A coordenadora da iniciativa de Imunização do escritório da OPAS/OMS no Brasil, **Lely Guzmán**, enfatizou a necessidade de planejar e se preparar para futuras emergências de saúde, ressaltando lições aprendidas durante a pandemia, como inteligência epidemiológica e sistemas de saúde resilientes. O secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde do Ministério da Saúde (Sectics/MS), **Carlos Gadelha**, discutiu a importância da tecnologia na saúde e a desigualdade na distribuição de recursos tecnológicos. O médico e pesquisador da Fiocruz Bahia, **Manoel Barral Netto**, enfatizou a necessidade de fortalecer o SUS e fornecer educação em saúde digital para promover a equidade. O pesquisador da Fiocruz Mato Grosso do Sul, **Júlio Croda**, falou sobre a importância da vigilância e da preparação para futuras pandemias, destacando a necessidade de intervenções eficazes e comunicação global. Os participantes da mesa alertaram para o consenso científico de que outra pandemia é provável neste século, lembrando que as disparidades entre países ricos e pobres na preparação e resposta a emergências de saúde.

No encerramento, foi assinado um Memorando de Entendimento entre os Ministérios da Saúde e da Cultura para a criação do Memorial da Pandemia de Covid-19. Este Memorial busca preservar a memória das vítimas, dos profissionais de saúde e daqueles que resistiram à doença e às adversidades sociais decorrentes do vírus. Na cerimônia de encerramento, as ministras da Saúde e da Cultura, **Nísia Trindade Lima** e **Margareth Menezes**, celebraram o acordo. **Margareth Menezes** destacou a importância do seminário para honrar a memória das vítimas e elogiou o esforço dos profissionais de saúde. Ela enfatizou o papel do Memorial como um símbolo de

civilidade para o País. **Nísia Trindade Lima** ressaltou a união entre os trabalhadores da cultura e da saúde na construção do Memorial. Ela explicou que o acordo prevê políticas conjuntas para fortalecer a democracia e transformar as ações em valores culturais. A ministra também destacou a importância do Memorial como uma forma de reparação para as famílias das vítimas e como uma maneira de preparar o País para enfrentar futuras pandemias.



Luiz Baltar/CCMS





Mesa de **abertura**

Dia 1 – 11 de março de 2024

PARTICIPANTES | **Rosangela Dornelles**, representante da Rede Nacional das Entidades de Familiares e Vítimas da Covid-19. **Fernanda Castro**, presidenta do Instituto Brasileiro de Museus. **Claudia Maria Braga de Mello**, secretária de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, representando o Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Hisham Mohamad Hamida**, presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. **Fernando Pigatto**, presidente do Conselho Nacional de Saúde. **Márcia Rollemberg**, secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, representando a ministra da Cultura, Margareth Menezes. **Swedenberger do Nascimento Barbosa**, secretário-executivo do Ministério da Saúde. **Nísia Trindade Lima**, ministra de Estado da Saúde.

A ministra da Saúde, **Nísia Trindade**, destacou que o Seminário é um momento de reflexão, mas também de ação, de modo que seja construída uma política de memória da grande emergência sanitária que denotou o abandono e a negação do governo anterior, ocasionando ao Brasil um impacto dramático.

No final, ao mencionar a frase que pautou o seminário, “lembrar para aprender”, refletiu que, além de lembrar, é preciso ter um projeto transformador, desafiador no presente e no futuro. É sabido que não se pode repetir a situação que vivemos em junho de 2021, em que já havia vacinas, mas apenas 10% (dez por cento) dos países possuíam acesso a elas. Disse que somente um SUS potente e resiliente poderá fazer frente a uma possível situação emergencial no futuro.

Rosangela Dornelles observou que a Rede Nacional de Apoiados às Vítimas e Familiares organizou uma pauta de, com a qual pretende contribuir e dialogar com o Ministério da Saúde. Nessa caminhada, a Vida e Justiça, da Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da covid-19 (Avico), vem

atuando com o Conselho Nacional e conquistou a Recomendação n.º 13 (treze) para que fosse criada a Rede de Cuidado às vítimas e seus familiares.

Claudia Maria B. Mello saudou a todos os presentes e enfatizou que o SUS foi a grande potência resiliente na pandemia da covid-19, e destacou a importância de reforçar o crescimento tecnológico no âmbito da saúde.

Hisham Mohamad disse que não restam dúvidas a respeito da resiliência do SUS, principalmente durante a pandemia. Por muitas vezes, o SUS não foi reconhecido pela própria sociedade, mas durante a pandemia pôde provar para a população o seu trabalho efetivo. Falando sobre as vítimas, ele lembrou que, ao transformá-las em números ocorre algo muito perigoso, que é a insensibilidade da humanidade diante de situações emergenciais e desastrosas. São vidas, não números. Destacou, ainda, a necessidade de trabalho pró-vacina, pois a pandemia acabou, mas o vírus ainda existe.

Fernando Pigatto falou que a rede de Conselhos buscou se mobilizar diante do cenário da pandemia e, mesmo com muitas dúvidas, sabiam que era preciso cuidado e atenção nas ações para o combate à covid-19. Falou sobre os crimes cometidos pelo Governo Federal anterior e defendeu que não deve haver anistia para os responsáveis, pois memória é para aprender e para que nunca mais aconteça.

Márcia Rollemberg destacou que o Memorial será abrigado no Centro Cultural do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, o que é uma sinergia espetacular. Contou que a ministra Margareth e todo o sistema do Ministério da Cultura parabeniza o Seminário, pois é um encontro rico entre diversas autoridades no combate ao negacionismo. O Ministério da Cultura se disponibilizou em colaborar com o significativo trabalho do Memorial e, a partir dessa construção, será preciso também existir uma lei de comunicação e informação pública, de modo que não se dependa de apenas uma pessoa para decidir a vida de toda uma sociedade.

Fernanda Castro colocou que o que o Memorial da Pandemia de Covid-19 é importante para a construção de um Memorial da Democracia, tornando possível que a sociedade siga adiante, pois uma instituição de memória é obrigatoriamente um

espaço educativo e, como educadora, afirmou que todas as instituições culturais são espaço de formação, de divulgação científica e de educação social.

O secretário-executivo **Swedenberger Barbosa** cumprimentou a ministra e a Mesa de Abertura. Falou que a ideia do Memorial da Pandemia ganhou ênfase com empenho da ministra Nísia em torná-lo possível, agradeceu às equipes que foram essenciais para viabilizar o processo de implementação do Seminário e que estão empenhadas na construção do Memorial. Enfatizou que o governo anterior se negou a aceitar a ciência e o Memorial traz o sentimento de emoção, pois foi um momento emblemático e histórico no País.

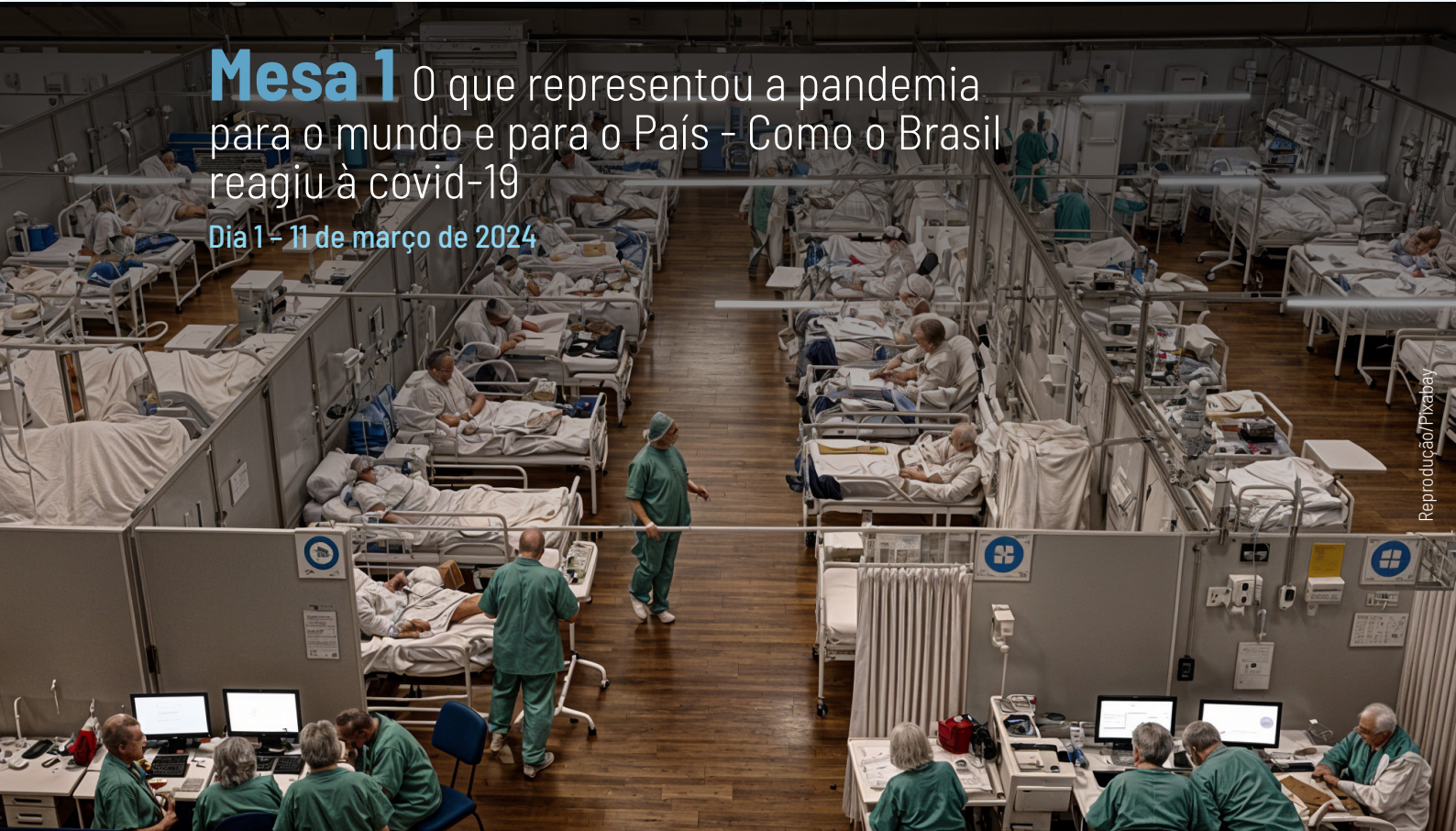


Luiz Baltar/ CCMS

Mesa 1

O que representou a pandemia para o mundo e para o País – Como o Brasil reagiu à covid-19

Dia 1 – 11 de março de 2024



Reprodução/Pixabay

PARTICIPANTES | Swedenberger Barbosa (Mediador), secretário-executivo do Ministério da Saúde. **Humberto Costa**, senador. **Randolfe Rodrigues**, senador. **Glauber Piva**, chefe de gabinete do Consórcio Nordeste. **Luiza Helena Trajano**, presidenta do Grupo Mulheres do Brasil. **Rômulo Paes de Sousa**, vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

O senador **Humberto Costa** apresentou as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 e contou que obtiveram diversos depoimentos que comprovam que, além da obra de omissão, ocorreu uma obra coordenada de morte pelo governo anterior. Destacou que, em junho de 2021, 400 mil brasileiros já haviam morrido, o que poderia ter sido evitado se houvesse ocorrido uma verdadeira propaganda de combate à doença pelo Estado brasileiro e por agentes privados durante a pandemia da covid-19.

Relatou que a CPI comprovou vários abusos cometidos pelo governo anterior, o que representou a mortalidade no País. O negacionismo não era apenas a negativa da

realidade, mas também corrupção no processo de aquisição das vacinas. Contou que o relatório final destacou a importância do Congresso Nacional. A CPI diagnosticou o agravamento da propagação do vírus em terras indígenas a responsabilidade de empresas privadas em ações criminosas durante a pandemia.

A CPI deixou um legado esclarecedor sobre o combate à desinformação naquele momento: o esclarecimento sobre a atuação dos agentes públicos; a ineficácia da clo-roquina e hidroxiclороquina; e a falta de apoio na campanha de vacinação. O senador **Randolfe Rodrigues** apresentou alguns dos dados do relatório da CPI da covid-19, documento esse que posteriormente foi entregue à ministra Nísia. Um dos dados apresentados que chamou a atenção foi que a cada cinco mortes que aconteceram na pandemia, quatro poderiam ter sido evitadas se não houvesse tanta negligência por parte do governo da época.

O chefe de gabinete do Consórcio Nordeste, **Glauber Piva** se mostrou totalmente disponível para contribuir com a construção do Memorial.

Luiza Trajano contou que o Grupo Mulheres do Brasil trabalhou com afinco para a implementação da vacina no País, pois acredita que a vacina é uma grande aliada da saúde no Brasil, e colocou-se à disposição para auxiliar na campanha de vacinação.

Rômulo Paes explicou que a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) existe desde 1979 e possui uma responsabilidade com o tema do seminário. Disse que a Abrasco formulou um dossiê que trata do momento que antecede a pandemia, bem como seu curso e seu legado, em que foi possível compreender e detalhar os problemas evidenciados no decorrer da pandemia, principalmente no que tange ao descaso e à omissão do Governo Federal à época. As lições aprendidas pós-pandemia são: entender a necessidade de recuperar o contrato social entre governo e sociedade, de modo a reconstruir a confiança da população; fortalecer o SUS; restabelecer o pacto federativo do SUS e aumentar a resiliência do SUS para que seja capaz de enfrentar possíveis emergências sanitárias sem prejudicar suas funções já existentes.

Relatório da Abrasco > <https://materiais.abrasco.org.br/publicacoes-abrascao/>

Mesa 2 Resposta da ciência à pandemia

PARTICIPANTES | **Rossana Rocha Reis (Mediadora)**, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP). **Mario Moreira**, presidente da Fiocruz. **Rui Curi**, vice-diretor do Instituto Butantan. **Laila Salmen Espindola**, diretora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). **Antonio Barra Torres**, presidente da Anvisa. **Akira Homma**, pesquisador emérito da Fiocruz.

Mario Moreira falou a respeito do projeto de elaboração dos testes diagnósticos da covid-19. Foram entregues cerca de 18 milhões de testes moleculares ao Ministério da Saúde e à população; no campo do teste rápido, a entrega foi em torno de 50 milhões de testes, número de grandes proporções. Enumerou os cursos de qualificação ofertados pela Fiocruz para capacitar profissionais para o trabalho de vigilância molecular.

O presidente da Fiocruz, **Mario Moreira**, e o representante do Instituto Butantan, **Rui Curi**, destacaram a experiência bem-sucedida da Redes da Maré durante a pandemia. Na mesa anterior, fazendo um link com este tema, **Luiza Trajano** elogiou a ação da sociedade civil organizada como um todo.

Laila Salmen Espindola falou sobre uma ocupação artística no ambulatório do Hospital Universitário de Brasília chamada “Prontuário Afetivo”. A iniciativa se tratava de recados carinhosos dos familiares de pacientes da covid-19 que eram colados em seus prontuários. Foi uma ação humana e sensível para auxiliar na recuperação desses pacientes, pois não podiam receber visita alguma. Ela citou um exemplo dos “Prontuários Afetivos”: “Gosta de barulho de água e passarinho, Raul Seixas e música sertaneja raiz. Cante para ele”.

Recitou um poema da médica Isadora Jochims, do qual foram retirados trechos e espalhados pela enfermaria.

“Guerra / Não estou em uma guerra / Cuido de vidas, não ceifo / Dou conforto na passagem / E não tormento / Não sou movida a ódio / Mas a amor

e afeto / Não quero ganhar / Quero empate / Minhas bombas são de infusão / Elas seguram almas / Seus barulhos são de alerta / E não de explosão e morte / Não sou um soldado / Minha vida vale / Não sou um número / Sou a ponte / Para o outro lado / Não julgo / Não quero saber seu passado / Apenas da sua vida / Agora / O ato / A cura / Não tenho armas / Nem balas / Tenho a ciência / O conhecimento das medicinas / Das prevenções / Do cuidado / As vacinas / Estou na linha de frente / E não escondido em uma trincheira / Na linha da frente / Da vida e da morte / Não obedeco ordens / Tenho autonomia / Penso / Existo / Trato precocemente a loucura / Da disputa e do poder / Por isso não esqueça / Não estamos em uma guerra! / A vida é mais do que perder / E ganhar / Nem tudo vale! / Me paramento / Se paramente / De amor / Para a esperança enfim / Renascer em nós!”

Esta fala emocionou a todos no auditório, – o desejo da equipe do CCMS é que o poema seja parte do acervo e exposto no Memorial. Ainda em sua fala, Laila sugere que as *lives* dos artistas deveriam estar também no Memorial.

Antonio Barra Torres começou falando sobre como é a atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), órgão que preside desde dezembro de 2019. A agência regula a produção de medicamentos no País, que ele considera superlativa..

Afirmou que a Anvisa é um dos órgãos mais digitalizados e acessíveis no Brasil, no entanto, o trabalho ainda é “pessoa dependente”, sendo mérito dos servidores e servidoras que trabalham na Agência. Disse que, durante o período pandêmico o número de servidores era reduzido; ainda assim, isso não impediu que trabalhassem de forma exitosa, priorizando o interesse público.

A pandemia acabou, mas a covid-19 não; inúmeras pessoas sofrem de sequelas da doença, que segue existindo. Ele contou que os servidores da Anvisa, ao aprovarem a vacinação infantil contra covid-19, foram ameaçados. Ao buscarem auxílio da segurança pública, obtiveram proposta de proteção à testemunha. Por isso, foi preciso intensificar a segurança na Agência. Ele destacou que, no que diz respeito às fake news, se faz necessária a adequação aos novos tempos, que o Memorial seja pedra fundamental à lembrança e que a desistência jamais ocorra.

O Brasil está em 10º lugar no ranking mundial de produção científica sobre a covid-19, uma produção não só focada nas ciências da Saúde, mas de caráter multidisciplinar. Também na mesa em que estavam os representantes da Fiocruz e do Butantan, comentou-se que a cooperação do Brasil na produção científica mundial cresceu, em especial na cooperação Sul-Sul.

O Dr. **Akira Homma** começou afirmando que a Fiocruz produziu a vacina de controle contra a covid-19 de maneira rápida e eficaz. Destacou que o número de casos e mortes no mundo é alarmante: foram 700 milhões de casos e 7 milhões de mortes. No Brasil, lembra que foram 38 milhões de casos, sendo que, se considerarmos a subnotificação, podem chegar a 40 milhões de casos, com 700 mil mortes, que, por sua vez, também são números subnotificados. Ou seja, o Brasil teve praticamente 1% das mortes existentes no mundo todo. Contou que no Brasil, por meio de toda a máquina da saúde, foi possível imediatamente fornecer à população brasileira a vacina contra a covid-19. Que por já haver preparo e expertise em produção e aplicação de vacina, pôde-se agir com rapidez e eficiência.

O impacto da vacinação mostra a queda nos casos de covid-19, o que demonstra a importância de o País ter capacidade tecnológica para dar resposta às doenças que surgem. Apontou que é importante trabalhar a questão da desinformação e propagar a campanha de vacinação para proteção da doença. Pois vacinar é prevenir; onde há uma proteção coletiva, há a eliminação de doenças, como ocorreu, por exemplo, com a poliomielite. Disse que o Memorial é um espaço importante para lembrar e para trabalhar com afinco no combate a novas doenças. Reforçou o preparo científico e tecnológico do Brasil e, graças a ele, puderam combater com celeridade a pandemia no País.

A mediadora da mesa, **Rossana Rocha Reis**, colocou que colocou que as Ciências Humanas tentaram cooperar no combate à pandemia. Ela apresentou uma pesquisa feita pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (Cepedisa) da Faculdade de Saúde Pública da USP, onde avaliaram as ações, falas e omissões do Governo Federal à época. O trabalho gerou uma linha do tempo, revelando uma estratégia de disseminação do vírus da covid-19 pela gestão federal anterior.

O que aconteceu no Brasil entre janeiro de 2020 e 2022 não foi apenas uma tragédia, mas um crime, um atentado contra a humanidade. Salientou que são importantes as cobranças ao Ministério Público acerca dos crimes ocorridos no governo anterior. Rossana informou o e-mail de contato para aqueles que estivessem com dúvidas ou sugestões sobre o projeto do Memorial: Memorialcovid19@saude.gov.br.

Linha do tempo criada pela USP em 2021, estudo revelando as intenções de desinformação criadas pelo governo Bolsonaro. O link para o estudo >

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17441692.2021.1945123?journalCode=rgph20&>

Sobre as cobranças ao Ministério Público, Rossana enfatizou a negligência do MP no governo anterior e citou o livro publicado pelo procurador-geral à época, Augusto Aras: *Ações que Salvam: como o Ministério Público se reinventou para enfrentar a covid-19*. Link para o pdf >

<https://www.cnmp.mp.br/portal/publicacoes/16767-acoes-que-salvam>

Ideias a partir das falas desta mesa:

- Vale lembrar que um ícone das lives foi a cantora Teresa Cristina. Pode ser interessante destacar as lives dela nesse período. Acervo? Exposição?
Como faríamos isso?
- Na França, há relatos de que muitos profissionais da saúde foram hostilizados por vizinhos durante a pandemia – vale pesquisar esses fatos e dados no Brasil.
- Pensar nos fenômenos psicológicos pós-pandemia. Existem muitos estudos sobre isso. Vale a pena realizar uma pesquisa mais aprofundada sobre o assunto – que também é um tema excelente para seminários e cursos dentro do Memorial.



Reprodução/FreePik

Mesa 3 A informação como aliada da ciência durante e depois da pandemia

PARTICIPANTES | João Brant (Mediador), secretário da Secretaria de Políticas Digitais da Presidência da República (Secom/PR). **Margareth Dalcolmo**, presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT). **Yole Mendonça**, assessora especial da Ministra de Estado da Saúde e coordenadora da Comissão para implantação do Memorial da Pandemia de Covid-19. **Pedro Arantes**, professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e membro do Centro de Estudos “Sou Ciência”. **Drauzio Varella**, médico e cientista. **Felipe Neto**, comunicador digital.

Dra. **Margareth Dalcolmo** deu início citando depoimentos que a deixaram impressionada. Dentre eles, uma fala do Papa Francisco, que disse que “a cultura do cuidado, olhando nos olhos do outro, é a cultura da paz”.

A palestrante considerou que a imprensa brasileira, salvo raras exceções, optou por um caminho correto durante a pandemia e, desde aquele momento, começou a aprender sobre as redes sociais. Por isso, acredita ser importante e possível alcançar uma comunicação mais clara e concisa. Contou que ela e outros colegas da saúde criaram uma linguagem para se comunicar com a imprensa, uma linguagem que fosse firme, com rigor científico e, ao mesmo tempo, que fosse entendível para todas e todos.

Também lembrou que houve um apagão de dados no Brasil, no qual o Governo Federal se recusou a produzir dados da pandemia, tendo sido atribuído ao Consórcio das Empresas de Mídia o levantamento de indicadores e a divulgação para a população do andamento da pandemia.

Yole Mendonça expôs que, atualmente, temos a oportunidade de fazermos um mundo melhor e, para isso, teremos que trabalhar muito, pois há empecilhos como o negacionismo, uma vez que as notícias e as inverdades possuem uma capacidade de disseminação muito grande. Apontou a baixa cobertura vacinal do País, que é alarmante, como uma consequência do negacionismo e da desinformação.

Yole Mendonça expôs também que muitas pessoas deixaram de acreditar na vacina e, por conta disso, resgatar a confiança da sociedade tornou-se um compromisso muito importante a ser assumido. Comentou que o Ministério da Saúde estabeleceu um projeto chamado “Saúde com Ciência” visando o combate às fake news. Apresentou algumas publicações em que pessoas não identificadas compartilharam informações irreais a respeito de vacinas.

Ela explicou que o referido projeto tem por objetivo retomar as coberturas vacinais para os mesmos números de tempos atrás, além de combater com informações verdadeiras os conteúdos disseminados de forma incorreta. **Yole Mendonça** relatou que, de julho a novembro de 2023, conseguiram combater mais de mil conteúdos

mentirosos, e que a equipe do programa segue agindo nesse combate por meio de meio de cinco pilares de atuação: a garantia de que as pessoas tenham acesso a informações confiáveis, com respaldo científico; a capacitação de profissionais da saúde, para que consigam informar corretamente seus pacientes; o estabelecimento de parcerias sólidas; o acompanhamento de pesquisas na área; e a responsabilização daqueles que disseminam informações sem fundamento.

O projeto “Saúde com Ciência” também funciona por meio de um site, no qual constam vídeos e publicações que informam os leitores. Por meio da página, também é possível que os usuários façam perguntas. Por fim, a palestrante informou que os resultados estão sendo muito positivos, que já tiveram milhares de visualizações e o Ministério da Saúde busca aperfeiçoar o projeto para que continue evoluindo.

O **Dr. Pedro Arantes** relatou sua experiência nas universidades federais em defesa da vida durante a pandemia, as quais se uniram para participar do projeto “Sou Ciência” e do Painel “Universidades Federais em Defesa da Vida durante a Pandemia de Covid-19”. Para isso, ele se juntou com outros reitores e iniciaram uma coleta para descrição detalhada das ações de diversas áreas do conhecimento. Em junho de 2022, o painel foi lançado com cinco grandes temas.

Ele explicou que os temas formam uma espécie de “árvore da vida”, que funciona de forma interativa e conta para a comunidade universitária e para a população em geral sobre os testes de vacina, sobre a defesa das populações vulneráveis e sobre as práticas de comunicação. Dentro desse painel o usuário pode escolher qual a área de pesquisa deseja visualizar. Por isso, considera o material muito acessível e rico em informações, inclusive para a criação do Memorial.

Quanto aos estudos de caso, analisaram mais de mil histórias, que acompanham ilustrações e infográficos sobre a atuação das universidades durante a pandemia, e que estão disponíveis para visualização. O palestrante informou que estão na fase de criação de um novo acervo, com o tema “Evidências da Necropolítica na Pandemia de Covid-19 no Brasil” e esse trabalho está sendo feito com familiares de vítimas da pandemia, podendo ser utilizado pelas novas gerações para pesquisa histórica ou temática, para processos de justiça e reparação, bem como por gestores públicos e

familiares de vítimas. O ponto de partida para embasamento do acervo foi o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia, a linha do tempo do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (Cepedisa) da Universidade de São Paulo (USP) e publicações diversas. Por fim, ele informou que estão à disposição para colaborar com o Memorial por meio dos acervos, do fornecimento de bases digitais para interação do público em pontos *touch screen* na exposição, de infográficos diversos nos temas apresentados, com animações das melhores práticas universitárias. Sugeriu que fosse pensado um Memorial em cada estado, além do memorial-digital, com material acessível a ser usado também em salas de aula. O site ainda será divulgado e no seminário foi apresentada apenas uma prévia para o público.

Site do Ministério da Saúde de divulgação de notícias e informações sobre saúde: Saúde com Ciência (<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-com-ciencia>).

O Dr. **Drauzio Varella** relatou que sua atuação na comunicação se iniciou a partir do advento da aids, quando entendeu ser necessário fazer chegar ao público informações importantes para uma qualidade de vida saudável. Naquele período, sua percepção era de que os comunicadores da ciência buscavam apenas a autopromoção, pois a imprensa tratava a aids como a “peste gay”. No entanto, como sabia que se tratava de uma doença gravíssima, começou a fazer algumas vinhetas educativas em uma rádio de São Paulo. Com base em suas experiências, o palestrante acreditou que o coronavírus não seria capaz de produzir uma pandemia, pois aparentava ser mais um vírus que provocaria infecções respiratórias, e essa análise foi publicada em vídeo. No entanto, pouco tempo depois percebeu que estava equivocado e mudou completamente sua opinião, razão pela qual o vídeo foi retirado das redes sociais.

Apesar de reconhecer o erro e voltar atrás na sua análise precipitada de que a covid-19 não era um vírus tão agressivo, as redes sociais continuaram divulgando os vídeos que afirmavam o contrário, como se sua opinião permanecesse a mesma e, portanto, equivocada, o que demonstra o poder da comunicação e da disseminação de informações falsas. Ele relatou que participou da iniciativa do Banco Itaú “Todos pela Saúde” em um grupo composto por médicos, no qual decidiam os pedidos que seriam aceitos ou não pelo banco, sobre o que seria distribuído de equipamentos, de máscaras, dentre outros produtos que foram de suma importância na época.

Ele afirmou que aprendeu muito nesse período, pois não imaginava que poderia haver campanhas tão grandes para disseminar informações falsas e tantas ações criminosas que gerariam a desvalorização das vacinas perante a população, o que configura crime contra a saúde pública brasileira. Afirmou ainda que os responsáveis não são apenas negacionistas e sim ativistas - pessoas que agem ativamente contra a verdade com a intenção de gerar desinformação e ódio - e precisam ser responsabilizados.

Felipe Neto apontou que há uma crise nacional de comunicação e é necessário que todos os olhos sejam voltados para isso, de forma multidisciplinar, pois a comunicação não é só o falar e escutar, mas sim o maior poder do ser humano. Considerando este contexto, é possível manipular os sentidos dos receptores, o que pode acabar gerando a disseminação de falsas informações, que só interessam a quem não tem o compromisso com a verdade. Ele considerou que o aumento do negacionismo e do ativismo constante para derrubar a ciência está relacionado a uma guerra de comunicação. Em seguida, o palestrante colocou a seguinte reflexão: “como transformar um ser humano em alguém que vai votar em uma pessoa que defende um torturador? Como fazer com que 50 milhões de eleitores votem nessa pessoa?”. Em resposta, ele acredita que a forma de atrair essa parte da população está ligada às teorias de conspiração e no poder de convencimento.

O palestrante explicou que a solução está na ciência e que a fonte do problema reside na comunicação, algo que precisa ser abordado em todas as áreas possíveis para implementar ações eficazes de educação midiática. Ele enfatizou que, de maneira geral, houve falhas nessa comunicação, criticando todos os membros do pacto cívico brasileiro. Para ele, uma comunicação estratégica é um caminho, porém é necessário questionar: “Como essa mensagem chegará às casas das famílias brasileiras?” e “Onde essas informações serão divulgadas?”. Ele finalizou dizendo que precisam de mais dados e mais pessoas para disseminar essa comunicação estratégica de forma simplificada e a única forma de vencer o domínio da extrema direita é com a regulamentação das mídias sociais, de forma a criminalizar, de fato, as ações criminosas.

João Brant discorreu acerca do Projeto de Lei 2.630/2020, que propõe a regulamentação das redes sociais para evitar que crimes no ambiente digital sejam naturalizados e possibilitar a criação de medidas específicas para proteção da saúde pública,

com a perspectiva de que as plataformas não podem ser facilitadoras de discursos negacionistas. Pontuou que a lógica de engajamento das redes sociais facilita a circulação do conteúdo inverídico e é necessário que existam medidas que equilibrem o dever de cuidado da população com a liberdade de expressão. Mencionou que a discussão de educação midiática gerou um conjunto de ações em parceria da Secretaria de Comunicação Social com o Ministério da Educação (MEC), como também com o Ministério da Saúde, que tem como meta a formação de 400 mil profissionais da saúde para o combate à desinformação. Na Educação, tem como meta a formação de 300 mil professores.

Após as explanações dos participante da mesa, foi oportunizado à plateia um momento para perguntas e contribuições. Um dos expectadores elogiou o desempenho de **Felipe Neto**, destacou a importância de não perder a conexão com as pessoas do dia a dia e perguntou como deve ser o atendimento a essas pessoas. Questionou, ainda, qual deve ser a estratégia e a visão para alcançar objetivos mais acadêmicos e quais são as estratégias para conciliar tais objetivos com uma comunicação eficaz.



Em resposta, **Felipe Neto** abordou o impacto das teorias conspiratórias e da manipulação nas pessoas. Ele enfatizou a necessidade de simplificar mensagens e não permitir que o governo seja o único a se comunicar, mas sim envolver líderes que alcancem as pessoas diretamente. Ressaltou a importância de formar novas lideranças na comunicação de massa para combater a desinformação e sugeriu investir em treinamentos, bem como criar uma rede de líderes capacitados para levar conteúdo verdadeiro às pessoas. Além disso, destacou a importância de se aproximar de comunicadores digitais e da sociedade civil para desenvolver novas estratégias de comunicação. Felipe concluiu enfatizando a importância de trazer a sociedade para o debate público e criar abordagens para enfrentar os desafios atuais.

Ideias a partir das falas desta mesa:

- Realizar um curso ou um seminário no CCMS sobre informação e comunicação seria ponto de muito interesse dentro do Memorial. Felipe Neto sugeriu, inclusive, trazer para perto dessas discussões youtubers e demais figuras famosas das redes sociais para ajudar a pensar soluções, assim como aproximar esses influencers que não estão engajados nesses assuntos, mas podem criar interesse e fortalecer a disseminação de boas práticas e informações verdadeiras sobre saúde e ciência.
- Outro ponto interessante levantado por Felipe Neto foi sobre o alcance do conteúdo produzido pelo governo. Ele lançou uma provocação de que números como 4 milhões de visualizações não são nada quando comparados aos conteúdos produzidos pelos ativistas da desinformação. Vale pensar e tecer reflexões mais aprofundadas sobre as dificuldades de fazer frente a conteúdos sempre muito mais sedutores para o público, que são os das fake news e os da desinformação. Esses conteúdos podem produzir manchetes e *clickbait*s bem mais atrativos para o público geral dos que os conteúdos que têm como intuito educar e informar com o compromisso da verdade e do rigor científico.
- Criação de Memoriais da Pandemia pelo Brasil. Criação de acervo/repositório digital de memória.
- Preservação da memória da saúde.
- Reparação.

Mesa 4 Mobilização da sociedade civil no enfrentamento da pandemia

PARTICIPANTES | Renato Simões (Mediador), secretário Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, **Jacinta de Fátima Sena da Silva**, presidenta da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn). **Preto Zezé**, presidente da Central Única de Favelas (CUFA/Rio). **Pâmela Carvalho**, coordenadora da Redes da Maré. **Marciano Rodrigues**, coordenador da Articulação dos Povos Indígenas (Apib) da Região Sul (Arpinsul).

Renato Simões iniciou sua fala ressaltando que não há Memorial no mundo que tenha a sua importância sem que aquilo que ele representa incorpore desde o início da sua concepção os destinatários e os sujeitos da sua construção. Nenhuma so-



Reprodução/Freepick

cidade do mundo que passou por uma experiência genocida reconstruiu sua história sem desagrar as vítimas do genocídio, sem apontar os responsáveis por esse genocídio e sem trazer para o centro da sua política a reparação. E o que aconteceu no Brasil não foi um crime menor. Aqui, a principal autoridade da República se associou a um vírus para promover a sua disseminação. A autoridade ficou em busca da comprovação de uma tese absurdamente anticientífica - a imunidade de rebanho - e promoveu ações que resultaram em mortes evitáveis.

Ele citou a promoção do “kit covid” e a falta de oxigênio em Manaus como exemplos dessa postura. O orador defendeu que o governo deveria ter priorizado a vida em vez da morte e ressaltou a importância de denunciar o genocídio, tanto em Gaza quanto no Brasil. Ele enfatizou o papel do Brasil como exemplo internacional e argumentou que o Governo Federal deveria ser exemplo no combate ao genocídio. Simões relatou sua experiência como deputado estadual em São Paulo, onde acompanhou a construção do Museu da Resistência, e destacou a importância da participação das vítimas na concepção desses projetos museológicos.

Ele encerrou sua fala homenageando o jornalista Alípio Freire e reforçou a importância de ouvir as vozes das vítimas, destacando que estas são o critério da verdade. O palestrante concluiu incentivando a participação da sociedade civil no debate e agradeceu a presença das associações de vítimas e representantes de familiares, destacando sua importância na preservação da memória e na busca por justiça.

A representante dos trabalhadores de enfermagem, **Jacinta de Fátima**, comentou que, no dia 7 de abril – Dia Mundial da Saúde – haverá um comitê popular e que esse comitê seria uma atividade permanente entre os trabalhadores de Enfermagem no combate de epidemias em diversos lugares do País.

Jacinta destacou o papel da Associação Brasileira de Enfermagem como uma entidade política, científica e cultural com 98 anos de história, dedicada à defesa da educação, pesquisa e direito à saúde da população.

Relatou que, ao longo da pandemia, a Associação liderou a primeira manifestação em defesa da vida e por melhores condições de trabalho em frente ao Congresso

Nacional. Participou ativamente da Frente Pela Vida e das atividades do Conselho Nacional de Saúde. Além disso, reforçou o compromisso da Associação com a produção científica, incluindo a publicação de um e-book e uma edição especial sobre covid-19 na Revista Brasileira de Enfermagem.

A palestrante detalhou o projeto “Acervo Documental de Formação da História da Enfermagem” e o subprojeto “Casa Bem Metaverso”, que visa preservar a memória da enfermagem brasileira e sua atuação durante a pandemia. Ela propôs a formação de comitês populares permanentes de enfrentamento de pandemias, epidemias e emergências sanitárias, destacando a importância da educação cidadã e científica desde a educação básica até a pós-graduação. Por fim, ela enfatizou a necessidade de combater as narrativas de morte e negação da vida, propondo que os movimentos nos territórios desenvolvam estratégias próprias de enfrentamento. Ela concluiu ressaltando a importância da vigilância dos governos pela sociedade e movimentos populares, especialmente no contexto das eleições municipais.

Preto Zezé, em seu discurso, abordou diversos aspectos relacionados à sua experiência durante a pandemia, principalmente em relação ao trabalho desenvolvido em favelas no Brasil. Ele destacou a importância de reconhecer o termo “favela” e o protagonismo das comunidades nesse contexto. Mencionou os desafios enfrentados durante a pandemia, como a falta de compreensão inicial sobre a gravidade da situação, a dificuldade de implementar medidas de distanciamento social e o surgimento de notícias falsas e negacionismo.

Ele ressaltou a importância da mobilização e acesso às comunidades, além do desafio de identificar os grupos mais vulneráveis e desenvolver estratégias para ajudá-los. O palestrante também destacou a necessidade de atrair o setor privado para apoiar iniciativas rápidas e eficazes. Outro ponto abordado foi a mudança na percepção política durante a pandemia, especialmente com relação ao impacto das notícias falsas e a dificuldade em manter um consenso sobre questões básicas.

Compartilhou exemplos de ações realizadas durante a pandemia, como a distribuição de ajuda financeira, a criação de uma empresa de telefonia para fornecer acesso à internet e a promoção de debates sobre segurança pública e direitos humanos.

Ele disse ser importante trabalhar em colaboração com as comunidades e manter o foco na implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da sociedade, independentemente das mudanças políticas de curto prazo.

Apresentou um documento elaborado pela CUFA, no qual constata que o perfil socioeconômico mais vitimado pela pandemia foram as mães solo e periféricas. No entanto, foi exatamente esse perfil que se tornou liderança em iniciativas populares no combate à pandemia, com a arrecadação e distribuição de itens de higiene e alimentação.

Esse documento será lançado junto com o Memorial. A CUFA também produziu um livro com os dados colhidos, que ainda será lançado.

Pâmela Carvalho iniciou sua fala expressando o desafio de sintetizar mais de 20 anos de trabalho da Redes da Maré em apenas dez minutos. Ela destacou a importância de relembrar o trabalho da rede durante a pandemia e o seu papel na promoção da memória coletiva das favelas da Maré.

Ela explicou que a Redes da Maré é uma organização da sociedade civil de interesse público, localizada em um complexo composto por 16 favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro. Destacou a importância estratégica da localização da Maré e sua proximidade com instituições como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Fiocruz.

Ela relatou que, durante a pandemia, a Redes da Maré desenvolveu a campanha “Maré diz não ao coronavírus”, em parceria com diversas instituições, focando em ações como segurança alimentar, atendimento às populações em situação de rua, geração de trabalho e renda, produção e disseminação de informações confiáveis e acesso aos serviços de saúde. Além disso, a oradora destacou o impacto da pandemia na interrupção dos rituais culturais das favelas e como a Redes da Maré trabalhou para resgatar a memória das vítimas da covid-19, que incluiu oficinas de arte para familiares, visando celebrar as vidas perdidas e construir um memorial em homenagem às vítimas.

Concluiu ressaltando a importância da preservação da memória das favelas e como isso pode contribuir para a reflexão e implementação de políticas públicas em âmbito nacional.

A Redes da Maré também possui um Memorial da Pandemia de Covid-19, na Rua Bitencourt Sampaio, na Nova Holanda (RJ).

Marciano Rodrigues destacou a importância do momento para compartilhar experiências de enfrentamento em meio a uma conjuntura política adversa. Ressaltou a complexidade da questão indígena, salientando a diversidade cultural e linguística dos povos originários no Brasil, pois, durante a pandemia, o movimento indígena reagiu rapidamente, mobilizando lideranças e conscientizando comunidades sobre a gravidade da situação.

Diante da falta de apoio dos órgãos governamentais, o movimento assumiu papel crucial no fornecimento de equipamentos de proteção e na organização de ações de saúde. O palestrante destacou a importância das barreiras sanitárias nas comunidades indígenas, respeitando a cultura coletiva e a necessidade de combater fake news, inclusive disseminadas por representantes religiosos que prejudicaram as comunidades. Concluiu pedindo justiça para aqueles que promoveram o negacionismo e o genocídio. Também honrou os que lutaram em defesa dos povos indígenas durante a pandemia.

Memorial dos Vagalumes – Memorial on-line da população indígena brasileira.

<https://www.Memorialvagalumes.com.br/>

Ideias a partir das falas dessa mesa:

- A equipe do CCMS apresentou-se para a Pâmela, a fim de buscar uma parceria institucional e conhecer um pouco mais a iniciativa do Memorial da Redes da Maré, de modo a facilitar a compreensão acerca das possibilidades de atuação do CCMS nos territórios.



“Lugar que guarda informação é garantia da democracia”

“Na tradição latino-americana, memória é sinônimo de justiça e reparação”

Frases ditas durante o seminário

Mesa 5 Por uma política nacional de memória da pandemia

Dia 2 – 12 de março de 2024

PARTICIPANTES | **Thiago Nicodemo (Mediador)**, *Coronarquivo/Repositório do Estado de SP/Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)*. **Mario Chagas**, *diretor do Museu da República*. **Thiago Lopes**, *pesquisador da Fiocruz*. **Marco Lucchesi**, *presidente da Fundação Biblioteca Nacional*. **Lilia Schwarcz**, *antropóloga e historiadora*. **Thuane Nascimento (Thux)**, *integrante da Coalizão Negra por Direitos*. **Milton Alves**, *coordenador-executivo da Coalizão Nacional de Orfandade e Direitos*.

Thiago Nicodemo, o mediador da mesa, começou falando sobre a importância de o Brasil promover uma política de memória, ressaltando como o País tem uma tradição de esquecimento, apagamento e até incineração dos seus documentos muito ativa até hoje. Provocou o público perguntando o quanto já houve de reparação histórica no País, e logo respondeu que muito pouco.

Trouxe a relação entre a conservação de documentos e reparação histórica, citou a escravidão e a ditadura civil-militar como exemplos. Citou o projeto encabeçado pela Volkswagem de coalizão com outras empresas para fomentar pesquisas, a fim de buscar reparação e responsabilização de empresas que estiveram envolvidas na ditadura civil-militar.

Mario Chagas começou falando sobre o fechamento do Museu da República, em março de 2020, por conta da pandemia. Mencionou que foi muito difícil, pois o jardim do Museu é indicativo para contribuição da saúde mental da população. Considerou

que existe uma articulação entre museu, cultura e saúde no Museu da República e isso pode contribuir para que haja mais saúde para a população além de mais qualidade de vida. Disse que médicos recomendam à população idosa do bairro do Catete, onde está localizado o Museu, o uso de seu jardim.

Observando essa vocação do museu, **Mario Chagas** relatou a experiência de transformar o Museu em um ponto de vacinação no bairro, tendo sido aplicados mais de 260 mil doses de vacina, sendo considerado um dos principais pontos de vacinação do Rio de Janeiro.

Ele relatou que ocorreram experiências muito fortes dentro do Museu e uma das iniciativas foi a coleta de máscaras novas para entregar à população. O palestrante considerou que o Memorial da Pandemia é um espaço de luta, um espaço para celebrar a memória e a sua conexão com a vida. Que é um diálogo que fala de amor, com funções de comunicação, pesquisa, preservação, com saúde e com educação. Que o Memorial precisa estar aberto ao público, de forma inclusiva e, principalmente, proporcionar a participação comunitária, pois um Museu Memorial da Pandemia não se dedica à pandemia. O compromisso tem que ser com as pessoas e com o cuidado com a vida. Desejou que o museu se espalhe pelo território nacional e não fique concentrado em sua sede.

Passou-se a palavra a **Thuane Nascimento**, que considerou de suma importância a possibilidade de falar sobre o que as pessoas passaram durante a pandemia, pelo fato de que, à época, as vivências foram invalidadas e silenciadas. De acordo com a perspectiva do movimento negro, uma das maiores políticas de validação é a memória, juntamente com reparação e justiça. A cultura brasileira nasce da busca de se dizer quem é da luta por reparação, pois a memória do povo negro está relacionada a tragédias. Por isso, quando se fala em covid-19 é necessário pensar também em reparação.

Após relatar que perdeu seu pai na pandemia, citou um trecho de uma obra de Edson Lopes Cardoso, que diz que "nada o trará de volta. Para a palestrante, isso se relaciona aos limites da memória, pois ela não é suficiente e é necessário falar também sobre justiça e reparação dentro do Memorial.

Para **Milton Alves**, o Memorial deve se debruçar por justiça, memória e uma “certa noção de verdade”. Para tanto, propõe a inclusão de farta documentação sobre o real quantitativo de vítimas da covid-19, questionando ainda qual critério foi utilizado para definir as vítimas que perderam as vidas decorrentes do coronavírus. Além disso, é preciso saber se as informações contidas nos prontuários estão corretas, com dados que permitam chegar à verdade ou se precisam ser revisados.

Nessa noção de memória e verdade, afirmou ser necessário investigar alguns eventos com participação comunitária em medidas territorializadas, o que gera a necessidade de mais orçamento. Ele propôs que seja considerada a governança do órgão de forma democrática e colegiada, para que tenha a participação de diferentes segmentos da sociedade e sugeriu ações voltadas à programação por meio de jornadas de diálogos espalhadas pelo Brasil, com a ideia de que a produção da memória é um processo de elaboração do sofrimento em uma dimensão coletiva, sem prejuízo da garantia de cuidado com o adoecimento da população no período pós-pandemia. Propôs também a divulgação de tecnologias produzidas e disponíveis, a documentação de iniciativas internacionais e a memória dos profissionais que atuaram na linha de frente.

Thiago Lopes relatou que tem trabalhado como pesquisador no projeto “A Fiocruz no tempo presente: ciência, saúde e sociedade no enfrentamento da pandemia de covid-19”, que tem por objetivo mapear as ações da Fiocruz durante a pandemia para criar um acervo documental para fins de pesquisa e memória.

A partir dessa experiência, considerou que o acervo serviu para situar a instituição no contexto sociopolítico que se formou com a chegada do vírus. Ele relatou que, em razão de se encontrarem em um cenário de desmobilização e falta de coordenação federal, as universidades e outras instituições assumiram um forte protagonismo no enfrentamento à crise.

Ressaltou que a Fiocruz se engajou em diversas frentes, como produção de conhecimento, testes diagnósticos e busca de vacina para a população brasileira, e que é preciso refletir sobre a ciência em ação, em como se desenvolveu abraçando compromissos normativos, se associando a diferentes atores sociais. Citou a importância desse



esforço de memória para se fazer uma análise sobre a presença e o papel da ciência na sociedade, tendo em vista o seu fortalecimento. Para finalizar, o palestrante disse que espera contribuir para que a memória da pandemia seja um empreendimento coletivo e que a homenagem às vítimas fortaleça as alianças entre os que compartilham o compromisso de construir uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

Marco Lucchesi destacou que, no período pandêmico, uma das questões singulares era a necessidade de dimensionar a situação. Disse que hoje é necessário restabelecer um regaste de informações e pensar que quando se fala em 700 mil mortes, fala-se em 700 mil biografias.

O palestrante externou sua esperança de que essas memórias sejam recuperadas em seus respectivos estados, de forma que não se atente somente à morte, mas também à vida. Que é necessário repensar uma política nacional que contemple toda essa historicidade para que não passe em branco tudo aquilo que foi vivido na época da pandemia, pois esse período marcou toda a geração. Considerou que o Memorial é fundamental para que não se percam as frações republicanas desse exercício coletivo da memória e para reforçar a visão de que essas perdas não foram em vão, sendo um passaporte para o futuro coletivo.



Lilia Schwarcz começou afirmando que a História é uma disciplina que não confia muito na memória, pois essa é uma forma de lembrança que se pauta muito na subjetividade e na experiência de si mesmo. Da mesma forma, a memória também não confia na História, pois é uma ciência que se pauta em fatos e dados e, muitas vezes, não leva em conta o indivíduo e a dor das pessoas.

A palestrante questionou qual a história e a memória que podemos e devemos guardar acerca da covid-19 no Brasil e dissertou sobre pandemias históricas que ocorreram no mundo e relembrou que os dados da pandemia falam sobre o resultado de 700 mil mortes, e que isso não se refere ao passado, mas, a um passado-presente, pois as mortes continuam a acontecer. Conforme dados da Fiocruz, no Brasil, a cada quatro dias morrem três crianças ou adolescentes de até 14 anos por covid-19, devido à falta de vacinação da população, sobretudo nessa faixa etária.

Lilia Schwarcz citou o poema "Ausência", de Carlos Drummond de Andrade, e leu um trecho de um relato do Memorialista Pedro Nava sobre a gripe espanhola.

Finalizadas as apresentações, o mediador **Thiago Nicodemo** considerou que a política de memória se refere a uma preservação sistêmica dos dados e das infor-

mações, considerando a emergência da efemeridade da informação e dos dados digitais. Que a arquitetura e o projeto do Memorial devem favorecer a visibilidade das vítimas, uma vez que é isso que conecta as pessoas aos seus direitos e aos canais de acesso à justiça. É necessário que haja meios para que o Estado restitua e indenize. Em seguida, passou a palavra para que cada palestrante tecesse sua opinião acerca dos componentes importantes para uma política nacional de memória da pandemia.

Milton Alves considerou que priorizaria a dimensão da responsabilização. Por mais que a democracia tenha corrido riscos materiais visíveis, isso não deveria ser um evento que superasse o crime de Estado cometido por um conjunto governamental, que criou condições para que outros entes federados se utilizassem dessa anomia da gestão federal para se isentar das responsabilidades. Considerou que essa responsabilização não é atribuição do Ministério da Saúde ou do Memorial, no entanto há uma expectativa para que o Memorial faça isso. Finalizou questionando: “como o Memorial pode colaborar para o processo de responsabilização, processos que permitam que a verdade emerja?”.

Quando o microfone foi aberto à plateia, **Maria Vilane** expôs que é mãe e avó ao mesmo tempo, pois seu neto perdeu a mãe durante a pandemia. Relatou que crianças em orfanato sofrem um descaso, pois o Estado atribui o dever de cuidado da criança órfã somente para a família e comentou sobre a sequela que a acompanha para toda a vida. Diante disso, questionou quem vai honrar a memória, como isso vai acontecer e o que fazer para aliviar essa dor.

Paola Falceta, presidente da Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (AVICO Brasil), relatou que atende mulheres e crianças órfãs e que trabalhar com menores de idade institucionalizados e tutelados pelo Estado é um caos. Pontuou que a criança é obrigação da família, da sociedade e do Estado, cada qual com a sua parcela de responsabilidade. Que ela cumpre com esse compromisso como cidadã, mas existem milhares de mulheres que cuidam sozinhas de uma família inteira. Por fim, questionou como todos os cidadãos vão dar conta da geração de órfãos criados pela pandemia.

Com a palavra de volta aos palestrantes, **Mario Chagas** falou que a questão da orfandade precisa ser mesmo enfrentada, de forma que pode haver uma contribuição do Memorial, mas esse enfrentamento é algo que precisa ser levado para toda a sociedade, em razão dos vários níveis de orfandade e várias outras produções de órfãos no País, para além daqueles que foram produzidos pela pandemia.

Frisou que a pandemia trouxe a experiência da solidariedade de forma muito radical, pois foram muitas as iniciativas populares de produção de redes variadas. Comentou que esse tema, inclusive, deve ser trabalhado no Memorial. Que a justiça e a reparação são fundamentais, mas é necessário olhar para aqueles que conseguiram fazer poesia durante a pandemia. As redes de solidariedade e resistência foram imprescindíveis, assim como os terreiros de Candomblé, que viraram referências importantíssimas de resistência e força de saúde.

Thiago Lopes pontuou que seria importante marcar no Memorial todos os desafios e dificuldades que os atores da ciência enfrentaram, numa conjuntura em que o vírus lançava muitas incertezas, agravadas pelo contexto político institucional.

Thuane Nascimento citou como exemplos as comunidades, os terreiros, a assistência social e as escolas. Nessa perspectiva, é necessário coletivizar os espaços de cuidados de políticas públicas. Quanto aos componentes importantes para uma política nacional de memória da pandemia, considerou importante que memória, reparação e justiça sejam trabalhadas como uma trindade..

Linhas de atuação sugeridas na mesa para o Memorial da Pandemia de Covid-19 do Ministério da Saúde:

- Envolvimento com diferentes segmentos da sociedade.
- Implantação de grupos de memória espalhados pelo Brasil.
- Promoção de jornadas de diálogos.
- Pesquisa e divulgação dos estudos, revisão de dados.
- Divulgação da produção artística.
- Documentação da produção internacional sobre a covid-19.
- Memória dos trabalhadores.



Mesa 6 Saúde global e preparação para novas pandemias

PARTICIPANTES | **Ethel Maciel (Mediadora)**, secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde (SVSA/MS). **Lely Guzmán**, coordenadora da iniciativa de Imunização do escritório da OPAS/OMS no Brasil. **Carlos Gadelha**, secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Sectics/MS). **Manoel Barral Netto**, médico e pesquisador da Fiocruz Bahia. **Júlio Croda**, pesquisador da Fiocruz Mato Grosso do Sul.

Ethel Maciel começou lembrando a fala da ministra Nísia sobre problema sanitário que a covid-19 desempenhou no Brasil e no mundo. salientou o papel importante que a OPAS teve no Brasil, principalmente quando não havia pactos estabelecidos e os estados e municípios precisavam realizar as políticas sozinhos. Destacou os estudos realizados na Fiocruz pela equipe do Dr. Barral no período pandêmico e, ainda, os trabalhos realizados na pandemia por Carlos Gadelha e Júlio Croda.



Luiz Baltar/CCMS

Lely Guzmán explicou que a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) vem planejando avaliações, ações, pesquisas e planos de contingência, de modo que possam se preparar para possíveis futuras emergências públicas. Alertou sobre a preparação de respostas para todos os integrantes do sistema de saúde.

Descreveu as lições aprendidas no decorrer da pandemia: inteligência epidêmica e vigilância integrada, rede de laboratórios de pesquisa e saúde pública, sistemas de saúde resilientes, mecanismos regionais para produção e entrega de vacinas de interface humana, animal e com o meio ambiente. Mencionou também o Plano de Ação Quadripartite, que fortalece as capacidades e previne riscos à saúde, envolvendo quatro organismos internacionais. O objetivo é estabelecer um sistema de saúde forte e qualificado, estabelecendo uma só saúde.

Comentou sobre o Regulamento Sanitário Internacional (RSI), que é um instrumento jurídico de segurança sanitária internacional para prevenir, proteger, executar resposta de saúde pública para todos os riscos sanitários. Falou, também, sobre a necessidade de inserir ferramentas tecnológicas no desempenho das atividades do sistema de saúde.

Carlos Gadelha apresentou a ideia sobre a reconstrução e preparação para os desafios do século XXI, visto que a pandemia trouxe o elemento comprovativo de que para enfrentar um problema grave de saúde pública é preciso planejamento e preparação. Falou sobre a necessidade de pensar, planejar e implementar a tecnologia na atuação o sistema de saúde, e que não é possível separar o mundo das transformações políticas, sociais, ambientais das transformações econômica, produtiva, da ciência, da tecnologia e da inovação. Ponderou que a capacidade produtiva, econômica e tecnológica é feita por determinados grupos privilegiados, que muitas vezes não podem entender as realidades de países de baixa renda. Exemplificou com a “pesquisa do sabonete”, realizada pelo Facebook, na qual a Inteligência Artificial da rede social não reconhecia um sabão em barra, muito usado pelo sul global, apenas reconhecia o sabonete líquido, mais usado por países desenvolvidos.

Explicou que é preciso ter uma base tecnológica local para cumprir as demandas da saúde em emergências sanitárias e também quebrar algumas barreiras entre ciência – produção, serviço – indústria, Estado – mercado, regulação – atenção, indivíduo – sociedade, inovação – acesso universal, local/regional – global.

E ele faz uma provocação sobre a Revolução 4.0, a chamando de Desigualdade 4.0. A revolução tecnológica e o avanço nas pesquisas científicas, em especial na indústria farmacêutica, se concentra nas mãos dos dez países mais ricos e somente em 20 empresas, das quais a maioria são Big Techs, e não empresas de saúde.

Manoel Barral Netto falou que a discussão do futuro cabe no Memorial, pois o futuro é feito daquilo que estamos vivendo hoje, de modo que o Memorial deve ser pensado para o futuro. Do ponto de vista de ciência, é preciso fortalecer o SUS, dando a sua importância para evitar uma catástrofe maior do que a enfrentada na pandemia. Explicou que a capacitação continuada para os profissionais da saúde é imprescindível.

dível, bem como para a população, de modo que os cidadãos brasileiros possuam o entendimento da inovação digital no sistema de saúde, de maneira a atingir a equidade no letramento digital.

Júlio Croda apresentou suas considerações sobre a importância de aprimorar o atendimento do SUS em uma emergência sanitária. Falou sobre alguns contextos sociais precários e suas dificuldades em cumprir as medidas recomendadas pela OMS naquele momento pandêmico.

Relatou a falha do Brasil no resultado dos dados de mortalidade da pandemia e disse que o acesso às vacinas deve ser priorizado, de maneira que as populações vulnerabilizadas pelo Estado tenham direito à vacinação. Destacou a necessidade em aprimorar uma vigilância no futuro que proponha intervenções de contenção, e não intervenções que não deram certo no passado. Disse que toda nova tecnologia pode auxiliar no combate às novas doenças. Por isso, deve-se enfrentar o desafio da nova comunicação, de modo que haja um entendimento global das necessidades da sociedade, sendo este o momento de preparação para o enfrentamento de novas pandemias.

O panorama desta mesa apresenta um consenso científico de que teremos outra pandemia ainda neste século, tendo 57% de chance de acontecer em 25 anos. Também apresentou a probabilidade de ser uma outra pandemia que ataca o sistema respiratório, como a covid-19. Enquanto os países ricos poderiam ter vacinado quatro vezes a sua população na pandemia da covid-19, os países periféricos ficaram sem uma abrangência adequada de vacinação. Os países ricos, em especial, as empresas, não compartilham seus dados de pesquisa e não têm interesse em quebras de patentes, mas, ao mesmo tempo, solicitam as pesquisas e dados produzidos no Brasil.

Esta mesa apresentou o grande desafio que o Brasil tem para se preparar para uma nova pandemia, não só no que tange à cobertura vacinal, mas em estar preparado para que as redes de saúde estejam aptas a solucionar esse grande desafio.



ENCERRAMENTO Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Cultura

A criação do Memorial da Pandemia de Covid-19 é a resposta adequada da sociedade para guardar a memória dos que partiram, dos que lutaram para salvar vidas e dos que resistiram à doença e às vulnerabilidades sociais aguçadas pelo vírus.

No encerramento, a ministra da Saúde, **Nísia Trindade Lima**, e a ministra da Cultura, **Margareth Menezes**, celebraram a pactuação do Memorando de Entendimento entre os Ministérios.

Margareth Menezes falou que o seminário foi importante para contribuir com a memória efetiva e saudosa de todas as vítimas da covid-19. Esclareceu que cuidar da saúde é a arte do bem viver e que as políticas públicas estabelecem as melhorias para a população. Agradeceu a todos os profissionais da saúde que lutaram com suas vidas para tentar salvar vidas no período pandêmico. Refletiu que prova de amor maior não há do que doar a própria vida pelo irmão, e que a vida não pode ser banalizada, ainda que essa ideia tenha sido forçada desde os primórdios, na banalização dos povos originários, com a escravidão. E, por isso, depois do choro de tantas perdas, o Memorial é um alento para a sociedade brasileira. O Memorial exerce o papel de civilidade para o País. Agradeceu a participação de todos e o empenho na realização do evento.

Nísia Trindade Lima enfatizou que os trabalhadores da Cultura e os trabalhadores da Saúde estão juntos na construção do Memorial. O acordo celebrado previu políticas e ações conjuntas entre os Ministérios, visando ao fortalecimento da democracia, transformando as ações em valores culturais. Explicou que o Memorial é uma oportunidade de reparação para as famílias das vítimas da covid-19, e que o cuidado significa fortalecer o SUS, assegurando o direito à saúde, previsto na Constituição Federal. Enfatizou que o Memorial objetiva reparar e incentivar o pensamento no futuro para o enfrentamento de novas pandemias.

ANEXO

ANEXO A Ações pensadas pelo Centro Cultural do Ministério da Saúde (CCMS/CGDI/SAA/SE)

Memorial da Pandemia de Covid-19 – próximos passos Ações coletivas e colaborativas

“Sem o trabalho de lembrar, nem o passado está garantido” Frase dita durante o seminário

A partir de tudo que foi apresentado, discutido e pensado neste seminário, o Centro Cultural do Ministério da Saúde, instituição que abrigará o Memorial da Pandemia de Covid-19, entendeu que apenas o Memorial em um espaço físico não será suficiente para sanar tantas questões e tornar possível a manutenção tão importante desta memória. E não se trata apenas disso, mas também de justiça, reparação e, principalmente, democracia.

Nesse sentido, pensamos em duas áreas de atuação de expansão da divulgação e produção de pesquisa sobre a memória da pandemia de covid-19.

1 - TERRITÓRIOS EXTERNOS

Promover um diálogo com espaços já estabelecidos de memória da covid-19, estabelecer trocas e uma produção conjunta para pensar temas, pesquisas e dados que podem sempre alimentar o Memorial do Ministério da Saúde, assim como gerar conhecimento, informação e ações que proporcionem o debate.

Como visto no seminário, são muitos os assuntos, das mais diversas áreas do conhecimento, evocados na construção do Memorial. Esses assuntos devem ser aprofundados e estimulados para serem trazidos ao debate público, convocando a sociedade em geral a participar, se engajar e contribuir.

A partir desse contato com outras iniciativas afins que já existem no Brasil, sejam on-line, pesquisas acadêmicas, instituições e a própria iniciativa da sociedade civil organizada, será possível consolidar um Memorial qualificado e fidedigno.

Com base nesses mapeamentos e parcerias será possível gerar uma agenda de atividades anual, produção de conhecimento, estímulo de debates de assuntos pertinentes e, principalmente, a manutenção de um Memorial ativo, atualizado e com uma programação dinâmica. Nessa perspectiva, será possível torná-lo um espaço relevante não só pelo seu compromisso com a memória, mas também pela produção e diálogo institucional e com a sociedade.

ESSE DIÁLOGO COM O PÚBLICO EXTERNO PODE POSSIBILITAR AS SEGUINTE AÇÕES:

- Divulgação científica.
- Produção de textos e artigos.
- Seminários, rodas de conversa e cursos.
- Produção artística.
- Ações educativas.
- Exposições temporárias.
- Participação em eventos, apresentando as experiências que irão se desenvolver dentro do Memorial da Pandemia de Covid-19 do Ministério da Saúde.
- Criação e cuidado dos Memoriais que estarão pelo Brasil.

2 - REDE NACIONAL DE MEMORIAIS DA PANDEMIA

A partir do mapeamento e diálogo construído, como apresentado no ponto 1, iniciar a construção de uma Rede Nacional de Memoriais da Pandemia de Covid-19, e definir, dentro do que foi pesquisado, até três aspectos como critérios para selecionar quais memoriais podem participar.. Essa seria uma forma de respeitar o que já está sendo feito. E, assim, será possível agir em conjunto para produzir seminários, itinerâncias, cursos e publicações, além da produção, coleta e sistematização de dados, fornecendo acesso à informação sobre a pandemia no País de forma mais centralizada e organizada. Um outro ponto de atuação da Rede seria o de atender estados ou cidades que não possuem um memorial, dando apoio e orientações técnicas para a construção de um em seu território.

A Rede também pode construir canais de acesso à justiça e um diálogo constante com outros memoriais que trabalham com justiça e reparação, como o Memorial da Democracia.

3 - PRODUÇÃO E ITINERÂNCIA INTERNA

As mesmas iniciativas devem ser realizadas dentro do Ministério da Saúde com as secretarias estaduais. Conhecer os relatos dos trabalhadores no período da pandemia pode ser um começo para formar uma memória do próprio Ministério da Saúde. Ouvir os servidores e os prestadores de serviço pode gerar uma exposição própria com itinerância em todas as secretarias interessadas.

Uma outra frente é mapear os trabalhadores do Ministério da Saúde que realizam uma pesquisa sobre o tema da pandemia da covid-19 e reunir esse material, podendo produzir um acervo on-line ou uma publicação. Uma chamada para a feitura de artigos também pode ser um caminho interessante de diálogo e ação conjunta.

Esse reconhecimento das pesquisas e escuta da vivência dos servidores e prestadores de serviço irá engajar todos na manutenção e exaltação do Memorial, sendo um espaço compartilhado de produção conjunta.

REFERÊNCIAS:

Seminário debate criação do Memorial da Pandemia de covid-19

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-com-ciencia/noticias/2024/marco/seminario-debate-criacao-do-Memorial-da-pandemia-de-covid-19>

Ao longo do seminário, palestrantes relembram as dificuldades enfrentadas na pandemia de covid-19

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/ao-longo-de-seminario-palestrantes-relembram-as-dificuldades-enfrentadas-na-pandemia-de-covid-19>

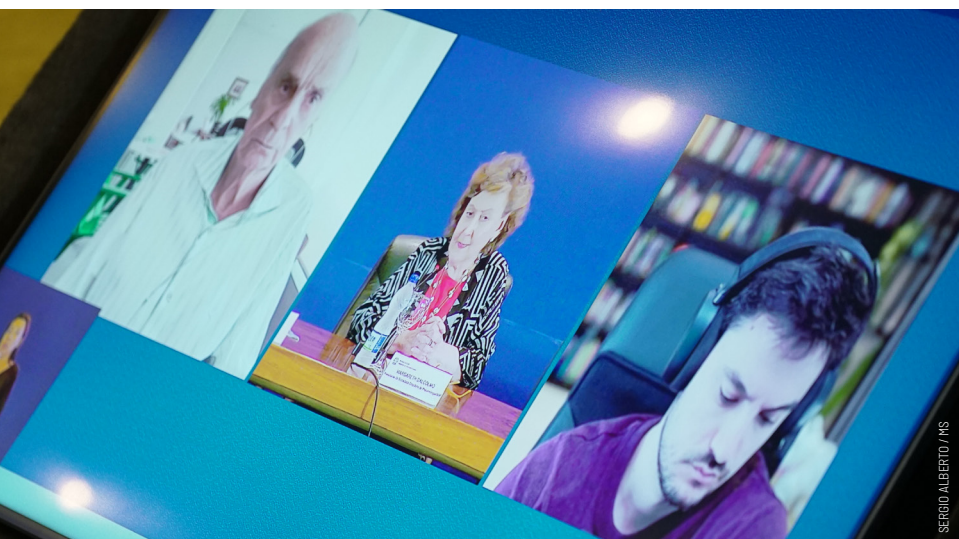
ANEXO B Galeria de imagens

11 de março

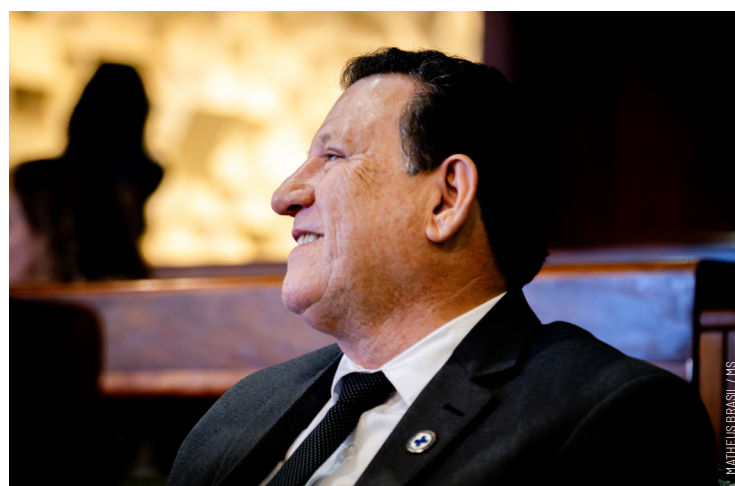














JULIA PRADO / MS



JULIA PRADO / MS



JULIA PRADO / MS



JULIA PRADO / MS



CONTE-NOS O QUE PENSA SOBRE ESTA PUBLICAÇÃO.





Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde

bvsmms.saude.gov.br